

História e historiografia: uma breve discussão teórico-metodológica sobre a *História Social*

Darlan de Farias Rodrigues, UFPel¹

Resumo

O artigo aqui apresentado tem como objetivo discutir contribuições teórico-metodológicas abordadas durante o primeiro semestre de vínculo ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL. Textos de autoras e autores que tiveram impacto e relevância na construção/constituição do pensamento historiográfico contemporâneo, em especial no âmbito da *história social*, são o enfoque das reflexões do presente trabalho. Assim, busco relacionar o *projeto de mestrado* vinculado ao Programa a que pertencço com a temas voltados ao estudo das mentalidades e ideologias patronais do meio rural gaúcho e sua relação com o fenômeno do anticomunismo no início da década de 1960 - com as discussões teórico-metodológicas do fazer histórico sob influência da *história social*.

Palavras-chave: História Social, Historiografia, Classe social.

Abstract

This Article has as objective discuss some theoretical-methodological contributions approached while in first period of the Program of Postgraduation in History at Universidade Federal de Pelotas. Authors' texts that have meaningful contribution to the construction/constitution to the contemporary historiography thought, mainly in the scope of *Social History*, are the approach of the reflections in this present work. With this in mind, I seek the relation of the *master's degree project* bound to the program to which I belong with thematic turned to the studies of *mentalités* and *patronal* ideologies of rural areas and his relation with anticommunist phenomenon in early 1960 – to the theoretical-methodological discussion of “historical making” under influence of *Social History*.

Keywords: Social History, Historiography, Social Class.

Introdução

O artigo aqui apresentado se desenvolveu através de discussões e leituras realizadas ao longo do primeiro semestre de atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL, objetivando relacionar as problemáticas em torno da historiografia contemporânea, em especial no campo da *história social* e das aproximações com as análises culturais, com o projeto de mestrado vinculado ao programa². Trata-se, sobretudo, de um apanhado de reflexões teórico-metodológicas vinculadas à minha problemática de pesquisa, dialogando com os arcabouços propostos pelas disciplinas.

Então, para começarmos: o que seria a *história social*? Segundo Hebe Castro (1997):

¹ Graduado em História Licenciatura na UFPEL. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL. Bolsista CAPES.

² Com o título: “Anticomunismo e consciência de classe”: estudos sobre o imaginário patronal rural no estado do Rio Grande do Sul (1960-1964). Projeto de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2018.

Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. (CASTRO, 1997, p. 78).

E problematiza ainda que:

A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos - sociais - na explicação histórica. (1997, p. 89-90).

A autora dá relevância, portanto, ao processo de experiência humana intrínseco às sociedades constituídas. Nesse sentido, abre campos de estudos através da *história social* da família, do trabalho, e em diferentes estratos e camadas sociais. Destaquemos ainda, a “natureza complexa das sociedades” modernas, onde o *indivíduo* - sujeito - e o corpo coletivo - as massas - se defrontam com suas próprias contradições³. Para compreendermos a noção de “sociedades complexas”, usaremos a definição dada por Gilberto Velho (2008):

[...] a noção de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, éticas, religiosas, etc. (VELHO, 2008, p. 14).

Com essa perspectiva, podemos nos aproximar do campo da *história social* mais a fundo, discutir métodos e correntes teóricas que influenciaram o século passado e, que trazem para o atual contexto de pesquisa, contribuições metodológicas para o fazer historiográfico. Será, portanto, partindo da problemática do *método prosopográfico* e da *história das elites* que seguiremos nossas reflexões.

Pesquisa e contexto

Nossos estudos se aproximam das abordagens antes destacadas: o patronato rural riograndense e o processo de intercâmbio de seus grupos com as estruturas de dominação⁴,

³ Para a discussão sobre cultura, indivíduo e sociedade, ver também perspectivas divergentes: SIMMEL (2006) e SAHLINS (2006).

⁴ Locais e regionais em um primeiro momento, mas de caráter nacional em sua forma ampliada - como referência, a experiência republicana brasileira.

são objetos da pesquisa vinculada ao projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL.

Pensei caber, neste momento, uma breve contextualização sobre minha trajetória de pesquisa, no sentido de possibilitar a compreensão de onde parto para as reflexões aqui alcançadas. Nos debruçamos, enquanto grupo, sobre a questão agrária brasileira, os conflitos sociais no campo e o desenvolvimento do Estado brasileiro ligado à projetos político-econômicos de setores expressivos da sociedade nos contextos analisados, em especial os anos que antecedem o golpe civil-militar de 1964. Meu recorte e particularidade é o estudo do fenômeno do *anticomunismo* em relação às classes dominantes no meio rural, as quais chamamos de patronato rural. Esses grupos e pessoas que, se constituem enquanto fração de classe, alicerçam a forma ideológica às quais são alinhados. Os setores rurais organizados na década de 1960 chamaram de *ruralismo* esse movimento ideológico e o elemento anticomunista é central para uma perspectiva crítica às ideologias, cerne da pesquisa⁵.

Partamos de um ponto importante, em especial para Charle (2006) e Vargas (2017), que é o destaque a crise da historiografia ocidental vivida entre as décadas de 1970 e 1980 onde, os “*Annales*”, “o *marxismo*”, os problemas com as “sínteses” e as “macro-análises” tornaram os sistemas explicativos insuficientes frente às novas realidades sociais. Com a crise dos sistemas explicativos hegemônicos novas perspectivas emergiram do intercâmbio entre as áreas do conhecimento antes em conflito com a História, entre estas áreas a Antropologia e as Ciências Políticas e Sociais.

Uma das metodologias incorporada às pesquisas históricas nas últimas décadas é oriunda deste intercâmbio: a prosopografia. Segundo Vargas (2017):

[...] a prosopografia parte do pressuposto de que é possível interpretar condicionantes sociais a partir de dados empíricos recolhidos das biografias de indivíduos do grupo que se quer estudar. [...] As relações familiares, a origem social das esposas e a cor da pele podem auxiliar a entender melhor a posição e gestão dos líderes de uma associação se comparados a outros. A prosopografia não descarta a importância das individualidades de cada pessoa e os elementos não quantificáveis das relações humanas, mas um dos preceitos do método defende a primazia das características comuns e coletivas de um determinado grupo para a compreensão do seu funcionamento. (VARGAS, 2017, p. 136)

Portanto, é uma espécie de abordagem quantitativa que não necessariamente nega as singularidades propiciadas pelos indivíduos agindo na trama⁶ das relações sociais. Ao

⁵ Elementos da pesquisa serão retomados em pontos específicos do texto, ao longo da discussão das ideias que permearam estes primeiros meses de mestrado em História na UFPEL.

⁶ No sentido do emaranhado das redes de relações interpessoais.

contrário, como destaca o autor, quando suportado por outros métodos como o uso das “trajetórias” e da “análise de redes” o método prosopográfico torna-se enriquecedor da pesquisa e do fazer ciência do historiador. Nesse sentido, Vargas, dialogando com Heinz, afirma:

“A prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social” (HEINZ, 2006, p. 11-12). Em outro trecho, Heinz complementa: “[...] normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica - rico, instigante, científico, ousaria dizer -, nunca o seu fim” (idem, *ibidem*, p.11-12). (HEINZ, 2006 apud VARGAS, 2017, p.156)

Importante darmos destaque que essas metodologias, em harmonia com a pesquisa/pesquisador, possibilitam novas abordagens e percepções sobre temáticas já trabalhadas pela “historiografia tradicional”, evidenciando outros aspectos das realidades históricas e, desse modo, contribuindo para a evolução da pesquisa em nosso campo do conhecimento. É a relação que traz Charle (2006), por exemplo, quando se propõe a fazer um balanço historiográfico da história das elites e da burguesia. Dialogando com os autores antes citados, poderíamos problematizar a questão da mobilidade social das elites, ou seja, seu caráter mutável e não cristalizado enquanto integrantes dos processos históricos das sociedades contemporâneas. Nos dá a possibilidade de perceber e compreender que há disputas intra-elites pela hegemonia de seus grupos ou classes, que essas camadas da hierarquia social são móveis e não são imunes a falências, colapsos e/ou processos revolucionários.

Nos possibilita pensar que as elites sociais não necessariamente são elites burguesas e, que estas últimas se constituem enquanto tal organizando suas vidas, suas visões de mundo, legitimando práticas e agindo através de seus meios para estabelecer e manter suas lógicas e estruturas de poder e dominação. Pensando assim, as elites rurais e sua relação de classe com e na sociedade riograndense se complexifica, estas elites passam a ter – dada a perspectiva histórica - suas próprias estratégias e alinhamentos ideológicos, o que faz do período estudado um período rico em possibilidades para os estudos sobre a ideologia alicerçada pelos grupos dirigentes da sociedade brasileira – a saber: os anos entre 1961 e 1964.

Segundo Vargas (2017):

Tem se tornado cada vez mais urgente o estudo crítico das diferentes elites e grupos dirigentes, que disputam espaços de poder e influência no Brasil,

assim como na América Latina como um todo. Compreender melhor seus mecanismos de dominação, bem como concentração de riqueza e de poder, suas estratégias de ação e reprodução social, seus projetos de nação, seus interesses econômicos e os conflitos internos que as dividem, em uma perspectiva histórica, nos auxilia a compreender melhor as dificuldades estruturais que inviabilizam um melhor desenvolvimento social, o respeito à democracia e uma maior distribuição de renda. (VARGAS, 2017, p. 133)

Contudo, outros autores nos auxiliaram a pensar e a problematizar as possíveis abordagens e métodos de pesquisa durante as discussões do semestre. Eis alguns conceitos, categorias e eixos para análise que se destacaram, em minha percepção, para a compreensão das realidades históricas: As visões de mundo (eidos), as situações de desvio e estigmatização e a própria noção do projetar-se (VELHO, 2008); a base das relações diádicas (LANDÉ, 1977) e as trajetórias (GRYNZPAN, 1990); os mediadores e a mediação (WOLF, 2003); e os usos das escalas e suas variações tempo-espaciais para a construção de uma análise histórica (LEVI, 1998, 2016). Há ainda, PINTO (2017), VARGAS (2017) e CONIFF (2006) sobre o uso da análise de redes sociais e a prosopografia.

Este último, fazendo um levantamento da elite nacional brasileira desde os primórdios do sistema republicano (década de 1890) até a década de 1980 do século XX - coleta de dados de nove décadas -, nos dá a aplicação do método prosopográfico vinculado na busca de compreender quem são esses agentes que se configuram enquanto elites em nível nacional ao longo do século XX brasileiro. São destacados o caráter sócio-profissional destas elites políticas, as trajetórias biográficas e suas transições/adaptações entre os períodos da vida política, como a exemplo: a revolução burguesa de 1930 e o golpe civil-militar de 1964. Ademais, possibilita com um bom questionamento sobre os dados e o uso da imaginação e criatividade (VARGAS, 2017), vislumbrar como os regimes de governo, num processo de longa e média duração, se relacionam com as elites políticas, sociais e econômicas; o que é “preservado”, o que é “novo”. Ou, do que é “novo” no “antigo” e “antigo” no “novo”.

Intersecção

Voltemos a questão para a problemática introdutória do texto, a crise dos paradigmas explicativos na historiografia das décadas de 1970 – 1980, fundamental para compreendermos os paradigmas da produção historiográfica contemporânea. Para tal, abordaremos partindo das discussões que tivemos acerca de dois autores: E. P. Thompson e Giovanni Levi; onde as fronteiras da *história social* e dos estudos culturais se encontram com a emergente “micro-análise social”, nascida na resistência política italiana frente aos modelos positivistas e

simplificadores que se impunham sobre as realidades sociais (LEVI, 2016). E aqui destaco a importância destes dois autores para um pensamento histórico-crítico, complexo, orgânico e dialético.

Thompson no texto *“Folclore, antropologia e história social”*⁷ escreve sobre as possibilidades dos estudos históricos quando a observação e análise se voltam ao atípico, crítico, fora da norma. Justifica o autor que, pelo crítico – relacionado ao momento - e fora do normal, poderíamos encontrar as normas e estruturas que regem determinado tempo social, ou seja, que as greves, os motins, as manifestações populares, tem muito a dizer sobre a ordem social dominante vigente e, sua relação com as camadas/massas populares, em determinados contextos históricos. E sobre as aproximações com os estudos antropológicos, acrescenta:

Para nós, o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. (THOMPSON, 2001, p. 229)

As realidades históricas são, portanto, complexas - pela perspectiva thompsoniana. A “desilusão” e a tendência reducionista que nega a possibilidade de reconstituir, mesmo que parcialmente, a realidade dos fatos (LEVI, 2016, p. 17) é um entrave que coloca em pauta o próprio ofício do historiador. Levi faz apologia ao pensar de forma complexa, como necessidade do fazer de seu ofício e trabalho de pesquisa. As questões – perguntas - aparecem como pontos-chave entre ambos os autores. Questionar as fontes, é um dos ensinamentos que as tradições e trajetórias das reflexões teórico-metodológicas destes dois historiadores nos trazem. As perguntas são os caminhos para novos lugares, “generalizar as perguntas” (LEVI, 2016) aos diferentes contextos e perceber que cada época e lugar dará diferentes respostas ao historiador, onde “[...] todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p. 243).

Os autores, problematizam ainda, a redução da história à hermenêutica, acrescida após a virada linguística e o contexto de pós-modernidade. Conversando com os textos de Bloch, Thompson argumenta:

⁷ In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

Como observou Marc Bloch, “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes” - e isso é verdadeiro também para o vocabulário das formas rituais. (THOMPSON, 2001, p. 243).

Compreendendo o costume “[...] não como posterior a algo, mas como *sui generis*, ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa.” (THOMPSON, 1998, p. 14). Nesse sentido,

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, à consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Com isso, a relevância da defesa dos *jogos de escalas* que faz Giovanni Levi se dá em problematizar as reduções analíticas descrentes na concepção de totalidade e, sobretudo, dar autonomia ao fazer historiográfico do historiador valorizando em sua narrativa o próprio ofício do pesquisador – as fases e a composição da pesquisa, enquanto algo construído - e as experiências de vida de pessoas comuns, como parte fundamental da real história humana.

A micro-história não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial, mas não por isso livre de um fragmento importante de verdade. (LEVI, 2016, p. 26).

Em nosso caso, a (re)produção do sentido anticomunista nas manifestações políticas do patronato rural durante os primeiros anos da década de 1960 através de seus representantes – na grande mídia de circulação impressa, nos aparatos institucionais do Estado, em suas próprias agremiações e instituições de cunho classista⁸ – é o elemento singular para acessar questões mais abrangentes. Ressaltando que o “inimigo comunista” neste contexto aparece enquanto *um diferente, um outro*. E esse outro diferente do padrão abarca àqueles moralmente marginalizados, seja por estigmas sociais ou por serem um “elemento subversivo” à norma vigente. Não apenas aos militantes comunistas o anticomunismo era direcionado. Em síntese

⁸ Para esse estudo buscamos em fontes do período, foram analisados o “*Correio do Povo*”, os Anais da Assembléia Legislativa do RGS e pesquisas acadêmicas sobre grupos dirigentes no estado, seus agentes e suas agências, nos anos entre 1961-1964. Para uma leitura sobre o patronato rural do Rio Grande do Sul e sua “*entidade mater*”, a FARSUL,, ver: GASPAROTTO, Alessandra. “**Companheiros ruralistas!**”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

e, de forma reduzida, o anticomunismo foi utilizado para impor valores e combater àqueles que, por algum meio transgrediam os costumes ocidentalizantes e capitalistas, enraizados na sociabilidade brasileira e, não apenas do Estado do Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XX.

Portanto, quais os projetos de nação por parte deste patronato que estava compreendendo-se enquanto classe e na disputa por posições e qual a relevância do anticomunismo em relação à ideologia alicerçada? Questões iniciais, mas que instigam os estudos dentro da temática proposta.

Nos cabe, por fim, enunciar o conceito de classe social através da tradição marxista por Thompson e seus diálogos com os estudos sobre cultura:

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão "econômica" quanto "cultural"; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (THOMPSON, 2001, p. 260).⁹

Isso posto - a perspectiva dialética da história e os diálogos com as abordagens culturais -, encaminhamos o texto para algumas conclusões, que são, nada mais que reflexões alcançadas dentro dos quadros da pesquisa histórica, na oportunidade de pensar – mesmo que em forma reduzida e sintética – os debates em torno da produção historiográfica contemporânea, em especial nas áreas sobre os grupos dirigentes, elites e classes dominantes.

Conclusões

As reflexões até aqui expostas são, como comentado anteriormente, parte inicial dos caminhos da pesquisa acadêmica. Dialogando com o arcabouço teórico-metodológico das disciplinas do semestre, entre elas, “História e Sociedade” e “História, Teoria e Metodologia de Pesquisa” do PPGH-UFPEL, pensamos o contexto de pesquisa, o projeto de mestrado e as

⁹ A referência a "determinação em última instância" é parte de sua crítica à teoria althusseriana, da discrepância entre teoria e prática: "Como a hora solitária da última instância não soa nunca, podemos, ao mesmo tempo, prestar uma pia reverência à teoria e tomar a licença de ignorá-la em nossa prática." (THOMPSON, 2001, p. 256).

ideias que permeiam as discussões em nosso campo e áreas do conhecimento. E, em um sentido ampliado, é ao passo, os primeiros movimentos de amadurecimento intelectual e acadêmico do processo enquanto mestrando em História.

Com isso, deixo algumas problemáticas e inquietações resultantes de um processo de formação. Que seja um texto profícuo àqueles que o tocarem, no que tange as possibilidades de estudo e pesquisa. É, em si, introdutório. Tanto em relação aos autores escolhidos, quanto, aos debates e paradigmas historiográficos contemporâneos.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Hebe Mattos. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 9.45-60.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-40.

CONNIFF, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-121.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.). **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 130-145.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out., 1990.

KOSELLECK, Reinhart. História y hermenêutica. In: KOSELLECK; GADAMER. **História y hermenêutica: Histórica y lenguaje: una respuesta**. La diversidad de las lenguas y la comprensión del mundo. Barcelona: Paidós, 1997.

LANDÉ, Carl H. “A Base Diádica do Clientelismo”. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 203-224.

PINTO, Celi. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Revista Vária História**, mai/ago., 2017, p. 459-490.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura:** apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, capítulo 2.

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual. In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 39-58.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: I - a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

VARGAS, Jonas M. Rastreamento de indivíduos e redes de relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício; SILVA, Ricardo Oliveira. **Diálogos:** estudos sobre teoria de história e historiografia: volume II. Criciúma: UNESCO, 2017, p. 133-165.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 13-40.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos.** Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 2-16.

WEINSTEIN, Barbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH-Brasil, vol. 18, n. 35, 1998.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91.